

GEOGRAFICIDADE COMO SINTOMA

Tom Adamenas e Pires*

O termo *geograficidade* vem, nos últimos anos, ampliando sua permeabilidade no pensamento geográfico acadêmico e escolar – através dos livros didáticos –, especialmente o brasileiro. Diferentes artigos, dissertações e teses têm sido publicados com autores fazendo uso dessa categoria ao tratar dos mais diversos eixos temáticos e com um largo espectro de fundamentação teórica.

De um modo geral, a ideia de geograficidade se enquadra nos debates existentes entre ciência geográfica e ontologia (HOLZER, 1998; MARANDOLA JR., 2008; MARTINS, 2007; MOREIRA, 2004). Assim sendo, a geograficidade será entendida como uma categoria da existência ou uma das “formas elementares da existência” (MARTINS, 2007, p. 34), compondo o grupo de saberes que “antecederá os saberes específicos” (MARTINS, 2007, p. 34). Essa afirmação, ponto comum entre os geógrafos que imergem nos estudos sobre ontologia, é também o limite do entendimento consensual sobre a estrutura formal da ideia de geograficidade, que irá flunar livremente entre as perspectivas teóricas existencialistas da fenomenologia e do marxismo.

Outra e importante via de uso da ideia de geograficidade vem da exploração do termo realizada por Yves Lacoste em seu livro *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, publicado em 1976, um marco nos esforços de aproximação da ciência geográfica com o pensamento marxista. Lacoste faz uma proposta para o uso do termo geograficidade “[...] que, para muitos, parecerá bizarro, em paralelo ao de historicidade, do qual hoje se faz uso corrente” (LACOSTE, 2012, p.107). Apesar de pontuar o

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo – PPGH/USP. Correio eletrônico: tom.pires@outlook.com

paralelismo com a historicidade, o livro de Lacoste se propõe a buscar entender o que os geógrafos consideram geográfico e o que deixam de lado em suas pesquisas, atentando ao debate epistemológico sobre o possível objeto da ciência geográfica.

Embora esse núcleo original comum, relativo à definição do que é ou não geográfico, a forma como é articulado o termo nos mais diversos trabalhos parece transformar-se em rizoma, em um sentido deleuzeano, tornando-se nebuloso e pouco criterioso o autor ou ponto de partida quanto à definição da ideia de geograficidade.

Encontra-se na publicação do livro *O Homem e a Terra*, de Eric Dardel, em 1952, o momento em que é cunhado o termo geograficidade (*géographicité*), havendo, contudo, um hiato de pelo menos duas décadas até o início de sua divulgação (BESSE, 2011; CLAVAL, 2007; HOLZER, 2011). Este silêncio foi quebrado pela defesa da tese de doutoramento de Edward Relph, intitulada *The Phenomenon of Place*, em 1973, posteriormente publicada como o livro *Place and Placelessness*, em 1976, tido como: “[...] um marco da geografia humanista e da renovação do interesse pelo conceito de ‘lugar’ por parte dos geógrafos” (HOLZER, 2011, p. 143).

Apesar do reconhecimento tardio, o eco da obra foi significativo. Relph (1980) buscava, no início dos anos 1970, uma alternativa teórico-metodológica para a pesquisa em geografia, que possibilitasse superar os estudos positivistas e comportamentalistas, os quais tentavam dar conta dos aspectos da percepção humana. Relph irá catalisar em seu entorno um grupo de pesquisadores, dentre eles Yi-Fu Tuan, interessados na abordagem fenomenológica em geografia, influenciados pelos trabalhos de Martin Heidegger e Maurice Merleau-Ponty.

No Brasil o primeiro contexto de utilização do termo geograficidade será na introdução do volume dedicado a Élisée Reclus da coleção *Grandes Cientistas Sociais*, escrita por Manuel Correia de Andrade, em 1985. Ali Andrade emprega a noção de geograficidade para caracterizar o contraste do espectro de atuação dos geógrafos proposto por Reclus e por Vidal de la

Blache, no mesmo sentido do proposto por Yves Lacoste, ainda que a tradução de seu livro para o português, no Brasil, se deu apenas três anos depois, em 1988. Por um caminho diverso, delineado pela leitura de textos de Edward Relph¹ e Jean-Marc Besse², Werther Holzer traz em sua dissertação de mestrado³, em 1992, uma tradução do termo geofricidade tal como proposto por Dardel, iniciando sua aplicação no debate ontológico realizado no campo acadêmico geográfico brasileiro.

Essas duas concepções iniciais de geofricidade trazidas para o Brasil inaugurariam uma série de publicações⁴, formação de grupos de pesquisa⁵, organização de eventos⁶, orientações e defesas que iriam, em diferentes sentidos, desmembrar e ressignificar suas acepções originais, ainda que resgatando, nos autores fundamentais, o seu embasamento.

A ampliação do uso do termo geofricidade, aliada às ambiguidades de sua significação e aplicação, abrem caminho para um esforço de entendimento sobre o tema, buscando fornecer maior solidez ao arcabouço teórico que orbita o assunto. Vale dizer: deve-se buscar minimizar o risco de transformar esta categoria em uma espécie caixa preta latouriana⁷, visando abster-se da negligência com a formalidade e rigor acadêmicos caros às pesquisas dessa natureza. Sobre esta necessidade, Moraes (2014, p. 9) argumenta:

Hoje se observa que a fundamentação teórica de muitas investigações advém de diálogos entre correntes e autores díspares, revelando um leque de influências distintas não redutíveis a uma classificação única e genérica. [...] A aceitação de certa dose de “individualismo metodológico” não significa, todavia, que o controle

¹ *Place and Placelessness*. London: Pion, 1976.

² Lire Dardel aujourd'hui. *L'Espace Géographique*, n. 17, 1988.

³ *A Geografia Humanista: sua trajetória de 1950-1990*. Dissertação de mestrado em Geografia, UFRJ : Rio de Janeiro, 1992.

⁴ Por exemplo a revista *Geofricidade*, publicação semestral do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural (GHUM), sediado na Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁵ Por exemplo, GHUM (UFF), Grupo de Pesquisa Fenomenologia e Geografia (NOMEAR – Unicamp), Núcleo de Pesquisa em Geografia Humanista (NPGEOH – UFMG), Grupo de Pesquisa Geografia Humanista, Arte e Psicologia Fenomenológica (GHUAPO – UFVJM).

⁶ Por exemplo, Seminário Nacional sobre Geografia e Fenomenologia (SEGHUM), indo para sua 7ª edição.

⁷ A *caixa preta*, expressão que Bruno Latour (2011) toma de empréstimo da engenharia, emprega-se: “[...] sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar é desenhada uma caixa preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, a não ser o que nela entra e o que dela sai” (LATOUR, 2011, p. 4).

epistemológico dos procedimentos analíticos de uma dada pesquisa em ciências humanas não necessite de explicitação.

Um ponto de particular interesse nesse debate, de cunho essencialmente ontológico, dá-se justamente no trazer à luz da ausência do próprio tema da ontologia na geografia acadêmica brasileira. Sobre a importância desse diálogo são significativas as palavras de Sérgio Lessa (1998, p. 11):

[...] é a ontologia o terreno decisivo para se contrapor às teorias contemporâneas que, de um modo ou de outro, tentam fundamentar a impossibilidade da subversão revolucionária da ordem burguesa. Todas elas, *mutatis mutandis*, justificam a sociabilidade contemporânea fazendo coincidir os horizontes do possível com os limites da sociedade burguesa; e, para tanto, não têm outra alternativa senão afirmar a a-historicidade de, pelo menos, alguns dos traços essenciais do ser humano.

Ocorre que essa ausência parece se apresentar mais como sintoma do que ponto pacífico sobre algo resolvido. Há como um fantasma ignorado, mas que atravessa toda a produção acadêmica contemporânea: a relação sujeito-objeto. E quanto mais se ignora este problema, maior a crise científico-filosófica que se anuncia.

Se a metafísica, ao colocar o Ser como propriedade do sujeito, ignora a eficácia da análise cientifista que projeta o Ser por completo no objeto – cabendo, portanto, a ela desvelar esse Ser –, também as chamadas *hard sciences* se tornam prenes de um problema ético sobre a possibilidade de outra relação existencial com o mundo que não a própria, flertando assim com a já superada a-historicidade. Martins (2007, p. 43) formula para este problema que “[...] uma *sociabilidade singular é humanidade genérica ante o homem particular*”.

O que parece se desvelar aí é uma necessidade de reconsideração sobre o significado próprio do que é o ser-humano. E sem esse debate realizado, continuaremos desvendo o fantasma. Longe de resolver o problema, mas anunciando um caminho possível para o debate, a antropologia vem se refazendo epistemológica e ontologicamente. Encontramos em Viveiros de Castro (2002, p. 117) uma passagem que suscita este repensar, e encerramos justamente com ela este diálogo:

É justo porque o antropólogo toma o nativo muito facilmente por um outro *sujeito* que ele não consegue vê-lo como um sujeito *outro*, como uma figura de Outrem que, antes de ser sujeito ou objeto, é a expressão de um mundo possível.

Referências Bibliográficas

BESSE, Jean-Marc. Geografia e existência a partir da obra de Eric Dardel. In: DARDEL, Eric. *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: UFSC, 2007.

DARDEL, Eric. *O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

HOLZER, Werther. *A geografia humanista – sua trajetória de 1950 a 1990*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992.

_____. *Paisagem e Lugar: um estudo fenomenológico sobre o Brasil do século XVI*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. A geografia fenomenológica de Eric Dardel. In: DARDEL, Eric. *O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LACOSTE, Yves. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papirus, 2012.

LATOURETTE, Bruno. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Unesp, 2011.

LESSA, Sérgio. Lukács: historicidade e revolução. *Revista Idéias*, Campinas: Unicamp, ano 5, n.1, p. 217-232, 1998.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo. *Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade de Campinas, Campinas, 2008.

MARTINS, Élvio Rodrigues. Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do ser. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 21, p. 33-51, 2007.

MIÉVILLE, China T. *A Cidade & A Cidade*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e Geografia (a geograficidade e o diálogo das ontologias). *GEOgraphia*, Niterói, ano 6, n. 11, p. 21-37, 2004.

RELPH, Edward. *Place and placelessness*. London: Pion, 1980.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.